

PLANO DE LUTAS DO MNU É APROVADO NO 17º CONGRESSO EM SALVADOR-BA

PELA APROVAÇÃO IMEDIATA DO FERIADO NACIONAL EM HOMENAGEM A ZUMBI DOS PALMARES NO DIA 20 DE NOVEMBRO.

A Coordenação Nacional do MNU seguindo a orientação e deliberação do XVII congresso nacional realizado na cidade de Salvador/BA irá deflagrar uma campanha nacional junto aos movimentos sociais negros e a sociedade civil em defesa do feriado nacional da Consciência Negra a ser realizado anualmente no dia 20 de novembro.

Em uma sociedade que de acordo com o último censo do IBGE, a comunidade afrodescendente representa mais de 51% da população brasileira, consideramos uma afronta ao povo negro o nosso país ainda não ter uma data de reflexão, debates e comemoração dos legados deixados pela luta heroica de Zumbi dos Palmares, Dandara e todos os quilombolas que com armas em punho lutaram contra o sistema opressor escravocrata.

Neste 20 de novembro de 2014, cobramos do governo brasileiro que esta data não seja somente reconhecida como uma data de luta e resistência do nosso povo, mas também que seja reconhecida como Feriado Nacional.

Neste país vários feriados são comemorados em homenagem a tradição judaica-cristã e não nos reconhecemos contemplados nestas datas que não reconhece e valoriza nosso legado africano. Conclamamos nossa militância e as entidades co-irmãs a deflagrem imediatamente uma campanha de mobilização e agitação em defesa desta bandeira histórica e revolucionária.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO



Plano de Lutas
págs. 4,5,6 e 7

Mensagens pág. 2

Causas e consequências do caso "Aranha"



Goleiro Santista chamado de "macaco" no jogo da copa do Brasil em 28/08/14, entre Grêmio e Santos no estádio da Arena, em Porto Alegre. pág 11

Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil. pág 10

Resolução do Encontro da Juventude do Movimento Negro Unificado pág. 8

PL 4471/12 Acaba com O Auto de Resistência pág. 9

Exército espionou Movimento Negro Unificado pág. 7



Espaço Cultural MNU pág 12



EDITORIAL

Nós somos o Movimento Negro Unificado(MNU) não abrimos mão do nosso compromisso com o destino do nosso povo. Por isso, reagimos contra e toda qualquer forma de violência racial. Entretanto vale perguntar: que tipo de espaço devemos privilegiar para concentrarmos a nossa ação militante?

Se ainda estamos por nossa própria conta.

O Movimento Negro Unificado desde sua fundação em 1978 sempre esteve pronto para combater o racismo que impera na nossa sociedade, por isso, continuamos enfrentando o racismo diariamente sem dar trégua ao combate a violência policial, o desemprego, a falta de moradia e em busca de uma educação de qualidade entre outros.

Mesmo assim não fomos capazes de unir o nosso povo em todo país, de forma que devemos continuar buscando no horizonte o nosso caminho na construção de um projeto político do ponto de vista dos negros para o Brasil.

Caminhar na elaboração do projeto político no sentido da construção de uma nova sociedade é pensar do ponto de vista do programa de luta do MNU.

Não podemos nos dividir nas nossas análises teóricas e muito menos adotar posições que venham nos dividir internamente fragilizando a nossa luta e fortalecendo os racistas que apostam na nossa derrota, temos que ter responsabilidade na condução e direção de nossa luta, isto quer dizer que aqueles que não perceberem nossos objetivos estarão fora, por que fizeram a preferência de trilhar por outros caminhos.

O MNU é uma entidade consolidada como a principal organização do movimento negro brasileiro e conseguimos imprimir algumas derrotas ao racismo e aos racistas no plano interno e externo.

Derrotamos o mito da democracia racial, consolidamos zumbi como herói nacional, articulamos varias campanhas para nossa luta e afirmação por exemplo:

NEGRO É LINDO.

BEIJE SUA PRETA EM PRAÇA PÚBLICA.

REAJA Á VIOLÊNCIA RACIAL.

O POVO NEGRO NO PODER.

COMITÊS CONTRA O APARTHEID.

BRASIL SÃO OUTROS 500.

PRIMEIRO SEMINÁRIO NACIONAL DE UNIVERSITÁRIOS NEGROS (SENUN).

ELEGEMOS VÁRIOS PARLAMENTARES NEGROS(AS) FILIADOS AO MNU.

Agora a tarefa é transformar em FERIADO NACIONAL O DIA 20 DE NOVEMBRO

Por isso somos MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO.

ESTA É A NOSSA CERTEZA .

**IVONEI PIRES
COORDENADOR NACIONAL MNU**

Nosso jornal virtual. Nosso organizador coletivo.

O MNU é uma entidade nacional que não tem uma política de finanças dependente de apoios de governos ou de ONGs nacionais e estrangeiras.

Portanto, se queremos criar e manter um espaço de diálogo, debate e divulgação de nossas ações políticas presentes no cotidiano de vida e luta do povo negro, este espaço terá que ser sustentado por nossos filiados e simpatizantes.

O nosso jornal virtual, o blog nacional - que iremos reativar - a unificação de nossa mídia nacionalmente, será uma tarefa coletiva de nossa militância coordenada pela comissão nacional de comunicação aberta a todos e todas que querem contribuir para a tarefa central de unificarmos nossa intervenção política em todos os estados da federação onde estamos presentes.

Nossos meios de comunicação deverão ser sustentados pela cotização de nossa militância.

Deverá refletir as lutas do MNU junto ao povo negro e nossa intervenção na sociedade.

Deveremos dar uma especial atenção a luta de nossa juventude e a sua formação política para intervir na luta nacional da juventude negra contra o seu extermínio, nosso lema será sempre:

REAJA A VIOLÊNCIA RACIAL.

Nossa juventude será estimulada a assumir cada vez mais tarefas dirigentes e se preparar para assumir a vanguarda das lutas do povo negro e sua responsabilidade enquanto quadros dirigentes do MNU e para cumprir esta tarefa o congresso aprovou a construção do GT nacional da juventude.

**Marcelo Dias
Coordenador de Comunicação**

EXPEDIENTE

Coordenações:
Geral – Ivonei Pires (BA)
Organização – Herlon Miguel (BA)
Finanças – Carlos Augusto (SE)
Relações Internacionais – Ângela Maria da Silva Gomes (MG)
Comunicação – Marcelo Dias (RJ)
Formação Política – Emir Silva (RS)
Articulação dos Estados – Adeildo Araújo (PE)
Articulação Rural – Marta Almeida (PE)
Articulação Urbana – Jacira da Silva (DF)

Comissão de Ética - Raimundo Bujão (BA), Sonia Santos (SP) e Adomair Ogunbiyi (MA)

Gts criados e rearticulados

GT Juventude

GT Mulher

GT Quilombola

GT Política Urbana

GT LGBT

GT Territorialidade e Matriz Africana

GT Formação Política

GT Comunicação

Tamara Terso (BA) e Camilo Nogueira (MG)

Jacira Silva (DF) e Lia Maria (MG)

Milena Schuck (BA) e Jose Ventura (MG)

Almir Miranda (PE) e Kim Lopes (CE)

Edson Axé (PE) e Viktória Lorayne (MS)

Marta Almeida (PE) e Paulo Azarias (MG)

Emir Silva (RS) e Haroldo Antônio (RJ)

Marcelo Dias (RJ) e Délio Martins (RJ)

Design Gráfico – Fabio Costa (RJ)



Mensagens

“A importância do MNU se deveu muito ao fato de ter sido esta uma das únicas organizações políticas, no movimento negro, que fazia análises de conjuntura capazes de, efetivamente, dar conta do que acontecia com o racismo no país. Era um belo esforço de fazer uma leitura da perspectiva do negro, que não fosse intermediada pela leitura partidária, nem da igreja; sem qualquer outra interferência. O que vigorava era a nossa pretensão de construir um ponto de vista determinado pela nossa história enquanto negros no Brasil.”



Luiza Bairos

Militante do MNU de 1979 a 1994.
Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Esta é a história do Movimento Negro Unificado. Saudações e sucesso, dentro do possível, com certeza.

Tendo em vista a problemas de caráter pessoais não participei do XVII Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado.

Torcendo que façam importantes discussões e tracem linha que venha a fortalecer a luta do MNU.

O MNU passa por uma profunda crise, que não é a primeira, e sempre superamos estas fases através das nossas ações nos grupos de base, nos municípios, nos estados, e nas ações nacionais.

É de fundamental importância o Congresso Nacional e a constituição da Coordenação Nacional, mas lembro que as ações não se dão apenas nesta instância.

Quando a Coordenação Nacional vai mal, como foi este período de mandato já vencido inclusive, o norte vem nas lutas, nas ações.

Há debates internos e necessidades de ações internas e gerais, não podemos transformar nossos problemas em bate-boca geral do Movimento Negro.

Sairemos dessa, como já superamos situações extremamente complicadas.

Milton Barbosa MNU/S.P

Companheiro Ivonei Pires (Nei) ,

Em nome da Direção Nacional dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs), venho lhe parabenizar pela eleição ao cargo de Coordenador Geral do Movimento Negro Unificado. O MNU é a organização mãe das entidades contemporâneas, temos em sua entidade uma referência histórica e o compromisso de seguir unida na construção da cidadania e dos direitos por liberdade. Reafirmamos desta forma nossa unidade política e o desejo de uma gestão plena de sucesso.

Atenciosamente,

Nuno Coelho
Coordenador Nacional dos APNs

A luta é árdua, mas a conquista é possível!

Congressos, são sempre momentos para reflexão e construção interna para articulação das pautas externas e de extrema importância para a efetivação das ações.

Por motivos de saúde, e particulares de natureza religiosa, não pude me fazer presente ao Congresso do MNU, realizado de 14 a 16 de agosto de 2014.

A conjuntura nacional e internacional não nos deixa outra saída que não seja a organização da luta para o desenvolvimento de políticas que combatam o racismo e de transformação das condições de vida do povo negro. Não é uma tarefa fácil, mas que precisa de ações imediata, por mais importantes que sejam nossas divergências interna na construção da democracia interna, as políticas para o povo negro não podem ser secundarizadas por estas ou por qualquer outras situações que permitam que o sistema racista fique confortável diante do caos que vive o povo negro.

E neste sentido espero que as discussões promovidas no congresso seja o balizador das situações, que ao promover o debate interno aponte para a consecução das ações externa a luz de uma estratégia coletiva e unificada, a partir de nossa própria visão e capacidade organizativa, autônoma e independente de quais quer força ou posição politico-partidária .

Afrosaudações,

Vanda Pinedo
Ex-Coordenadora Nacional do MNU

Companheiras e companheiros delegados ao 17º Congresso do MNU

Saúdo a realização desse Congresso e os 36 anos de luta do MNU por um Brasil sem racismo. Sabemos todos como essa luta é difícil. Mesmo com os inegáveis avanços obtidos nos últimos 12 anos, destacadamente a criação da SEPIR e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, essa luta continua sendo necessária. Quanto mais avançamos nela, como é o caso da política de cotas raciais, mais desesperada se torna a resistência da poderosa minoria racista. Não é por acaso que a Folha de S.Paulo faz abertamente campanha contra as cotas raciais. Por isso é importante ampliarmos

a nossa luta para consolidar essas conquistas e avançarmos ainda mais, em especial no combate à violência contra os jovens negros.

Este ano apresentei na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 7663 que transforma o crime do racismo em crime hediondo. No entanto, nesse campo, nenhuma lei pega se nós, com a nossa luta e mobilização, não a fizer pegar.

Viva o 17º Congresso do MNU
Um beijo no coração de todos.

Benedita da Silva.
Deputada Federal RJ

Salve a nova Direção Nacional do MNU.
Bem vindos e bem vindas à luta, ao bom combate.

Saudações fraternas.
Um abraço.

Marquinhos Cardoso
CONEN

PLANO DE LUTAS DO MNU APROVADO NO 17º CONGRESSO REALIZADO EM SALVADOR NOS DIAS 15, 16 E 17 DE AGOSTO DE 2014.

Enfretamento ao Racismo

Realizar campanhas de enfrentamento ao racismo, ao racismo institucional, a intolerância religiosa, ao machismo, a homofobia, a lesbofobia e transfobia;

Fortalecer e ampliar em nível nacional a campanha "Não dê bola pro racismo";

Apoiar/realizar campanhas contra o tráfico de mulheres e homens negros; contra a exploração sexual e tráfico de crianças e jovens negros;

Organizar debate sobre economia criativa e etnodesenvolvimento voltado a população negra;

Realizar Seminários com as seguintes temáticas: Juventude, Mulheres Negras, LGBT, Infância e adolescência;

Realizar seminários/encontros com operadores do direito filiados ao MNU;

Cobrar nos editais de concursos públicos e processos seletivos a igualdade de direitos étnicos e religiosos respeitando a expressão da identidade do povo negro e de religião de matriz africana.

Participar da organização e da Marcha contra o genocídio do povo negro.

Fiscalizar e Judicializar, onde for necessário, o descumprimento das ações afirmativas.

.Propor mecanismos institucionais

que contribuam para a organização e fortalecimento das entidades da sociedade civil que atuam na promoção da igualdade racial.

Discutir a implantação de programas específicos de atenção e promoção da cidadania e da igualdade racial, a partir da participação e formulação de propostas e políticas públicas aprovadas em conferências, encontros e congressos.

Participar de Conselhos, Conferências, Fóruns, Seminários relacionados à questão Racial.

Defender intransigentemente a implementação de políticas públicas contra a Intolerância Religiosa, para a Juventude, para o segmento Afro-LGBT e Mulheres Negras.

Defender plenamente a criação, articulação e fortalecimento dos organismos de Política de Igualdade Racial.

Realizar parcerias com os demais movimentos sociais a fim de fortalecer a luta contra o Racismo, Machismo, Homofobia, Lesbofobia e a Transfobia, a Intolerância Religiosa, os maus tratos contra as crianças e idosos e demais violações de Direitos Humanos e violência correlatas.

Apoiar o afro empreendedorismo, a economia solidária e o turismo étnico-racial;

Resgatar o Congresso Nacional de Negros e Negras do Brasil.



Adomair Ogunbiyi (MA); Sonia Santos (SP); Nei Pires (BA); Marcelo Dias (RJ); Herlon Miguel (BA); Carlos Augusto (SE); Emir Silva (RS); Adeildo Araújo (PE); Marta Almeida (PE); Angela Gomes (MG) e Raimundo Bujão (BA)

Educação

Realizar campanha permanente pela efetivação da lei 10.639/2003 e 11.645/2008;

Realizar campanha pela garantia da permanência e pós-permanência no ensino público (básico, fundamental, médio e superior);

Realizar campanha pelas cotas raciais nas universidades estaduais de todo país, onde ainda não houver;

Lutar pela implantação das cotas raciais na Pós-graduação do Programa Ciências sem Fronteiras;

Propor ações no ensino superior público e privado com a criação de programas de acesso e permanência nas universidades;

Propor cotas raciais respeitando percentual de negros/as conforme censo do IBGE 2010 na administração pública estadual e municipal, onde não houver e ampliação onde já houver.

Constituir estratégias para se aproximar dos beneficiados pelas cotas nas instituições de ensino médio federal e ensino superior, assim como pelo pro-

grama universidade para todos (PROUNI).

Cobrar a reforma das matrizes curriculares das universidades.

Exigir do MEC que na aprovação de novos cursos universitários de licenciatura e bacharelado, haja inclusão da pesquisa, do ensino e extensão no Plano de Ensino que contemple os estudos africanos e afro-brasileiros.

Apoiar a realização de feiras distritais e/ou municipais de educação, ciência, inovação, economia solidária e desenvolvimento sustentável – FDEDS, ocorridas nas escolas de ensino médio e em parceria com as universidades públicas e/ou conveniadas a programas de políticas afirmativas visando o ensino, a pesquisa, as extensões universitárias e aplicabilidades científicas visando o desenvolvimento local.

Constituir no MNU uma Rede nacional por meio de Grupos de trabalho de apoio à elaboração de planos municipais, estaduais e Distrital de educação, contribuindo para a implantação do Plano Nacional de Educação, promulgado em 26/06/2014.

Internacional

Articular intercâmbio com movimentos negros de outros países

Acompanhar as condições em que estão vivendo os povos africanos e latino-caribenhos que pedem asilo político no Brasil e cobrar melhoria

dessas condições sempre que estas se mostrarem indignas para esses grupos.

Posicionar-se publicamente pela retirada das tropas brasileiras do Haiti.



Luta Quilombola

- Defender a Autonomia na Luta quilombola;
 - Defender agilidade na titulação e demarcação das terras quilombolas;
 - Cobrar a continuidade da titulação e demarcação das terras quilombolas;
 - Reconhecer a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-CONAQ como entidade de defesa das comunidades quilombolas referendando o apoio do MNU a sua criação;
 - Apoiar campanhas permanentes de informação e disseminação da identidade quilombola e fiscalização dos direitos deste povo;
 - Formular instrumentos de obtenção de informações para o acesso as políticas públicas para os quilombos (cartilhas, campanhas) a exemplo da carta de auto-reconhecimento;
 - Fortalecer a luta pela conservação
- do Patrimônio Material dos quilombos (lei 3.551/2000);
 - Lutar pela implementação de cursos pré-vestibulares nos quilombos;
 - Lutar pelo incentivo à pesquisa voltada as comunidades quilombolas pelas próprias comunidades;
 - Lutar pela formação de professores quilombolas, com vista ao trabalho em suas próprias comunidades;
 - Apoiar integralmente a luta quilombola com a proposição de ações de geração de renda, canais de financiamento para a produção artesanal;
 - Criar uma política de combate à degradação do patrimônio histórico, cultural e ambiental das comunidades quilombolas combatendo diretamente as carvoarias e mineradoras;
 - Apoiar a criação de campanhas permanentes de informação e disseminação da identidade quilombola e fiscalização dos direitos deste povo.



Mulheres do MNU discutindo a Marcha Nacional.

Mulheres

- Realizar campanha sobre a legalização do aborto;
- Realizar/apoiar campanhas de enfrentamento a violência sofrida pelas mulheres negras;
- Organizar a Frente Nacional Feminista do MNU.
- Fortalecer e participar da mobilização estadual e nacional para a Marcha das Mulheres Negras em 2015.



Raimundo Bujão (BA) ; Jacira da Silva (DF) ; Haroldo Antonio (RJ) e Paulo Azarias (MG).

Saúde

- Cobrar a continuidade de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN, por meio da portaria GM/NS nº 992 do Ministério da Saúde.
 - Participar dos conselhos de saúde para fiscalizar, propor e defender políticas relativas à saúde da população negra, principalmente a anemia falciforme.
 - Relacionar e divulgar os resultados do fortalecimento da estratégia de saúde da família através da formação das parteras tradicionais (dos povos
- indígenas, quilombolas, povos de etnia cigana e comunidades de terreiros), respeitando os seus saberes.
 - Propor a ampliação da oferta de casas de apoio às gestantes e fortalecendo as casas de parto no território estadual e municipal, garantindo a humanização da assistência, considerando a vulnerabilidade das mulheres.
 - Criar uma rede de acompanhamento junto ao SUS para negros e negras que estão vivendo e convivendo com HIV.



Jacira da Silva (DF) ; Angela Gomes (MG) e Valdério Silva (BA).

Organização

Organizar/ Realizar encontros regionais do MNU.

Instalar imediatamente a Comissão de Ética.

Por um MNU de Massas.

Incluir Jovens, Quilombolas e LGBT nas coordenações do MNU.

Constituir um grupo de trabalho para discutir a reforma do Estatuto do MNU.

Ter uma política de finanças: com cobrança de cotização aos militantes; criação de campanha financeira permanente que inclua inclusive militantes que se afastaram; venda de jornal próprio.

Investir na Formação política dos (as) militantes do MNU, com atenção especial da juventude.

Coordenar a Regularização em 6 meses do registro nacional do MNU (registro de ata em cartório, acerto de CNPJ e regularização junto a outros órgãos), além de coordenar a regularização da entidade em nível estadual e municipal constituídas nos últimos 12 meses antes do congresso.

Criar a partir da reforma estatutária do MNU a coordenação da Juventude nos três níveis.

Realizar a paridade de gênero na direção do MNU.

Constituir internamente os GTs de mulheres, juventude, religiosidade de matriz africana, quilombolas, meio ambiente, moradia, saúde, direitos humanos, LGBT, pessoas convivendo com Hiv/Aids.

Defender a autonomia do MNU frente aos partidos políticos.

Discutir a perspectiva de direito à cidade sob o ponto de vista do povo negro assim como a discussão de uma reforma urbana.

Participar do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU).

Formular estratégias que dialoguem com a população em situação de rua.

Propor políticas públicas e campanhas contra o Racismo Ambiental e especulação imobiliária.

Juventude Negra

Realizar campanha se posicionando contra a redução da maioria penal;

Realizar/apoiar campanhas pelo fim do extermínio da juventude negra;

Realizar debates/fóruns internos sobre a "guerra as drogas" e

sobre a política de drogas e racismo;

Juventude Negra / Segurança Pública
Lutar pela reforma das polícias com vistas à desmilitarização e a construção de um modelo de Segurança Pública preventiva;

Comunicação

Ampliar o debate sobre Democratização da Mídia, com a entrada do MNU no Fórum Nacional de Democratização da Comunicação;

Estabelecer diretrizes para uma política de agitação e propaganda permanente;

Realizar Seminário que discuta as

relações entre Mídia e Poder;

Construir uma política de comunicação e memória com a divulgação dos documentos básicos e lutas empreendidas pela entidade;

Formular política de comunicação própria do povo negro;

Cultura Esporte e Lazer

Fazer o mapeamento e fiscalização das políticas culturais voltadas para a cultura de matriz africana. Exigir a promoção de atividades esportivas, culturais e de lazer adequadas aos interesses e condições das comunidades envolvidas, com apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra.

Exigir o cumprimento dos artigos 21 e 22 do Estatuto da Igualdade Racial: determina que cabe ao poder público fomentar o pleno acesso da população negra às prá-

ticas desportivas, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais, sendo a capoeira reconhecida como desporto de criação nacional.

Fomentar políticas voltadas à reafirmação da identidade étnico-racial com apoio e incentivo a grupos que promovem a cultura afro-brasileira.

Realizar a formação de lideranças, e que entre os temas dessa formação esteja a elaboração de projetos, orientação cartorial e captação de recursos.





Religiosidade

Realizar o 1º Encontro de Religião de Matriz Africana do MNU. Este encontro será em Juiz de Fora no mês de julho de 2015;

Propor ações de fortalecimento institucional dos povos e comunidades tradicionais de Matriz Africana com mapeamento das casas de terreiro.

Cobrar a criação das 'Patentes Comunitárias' que garantam o direito de uso da biodiversidade e coleta de material

vegetativo de forma a garantir o uso tradicional e cultural pelas comunidades tradicionais e de matriz africana.

Cobrar o reconhecimento e regularização dos espaços das religiões de matrizes africanas enquanto templos religiosos.

Exigir o respeito à autonomia e soberania da auto-organização dos povos de terreiro e de comunidades tradicionais.

Participação Política

Realizar debates com plataformas políticas voltadas à igualdade racial em períodos eleitorais visando a participação do povo negro no processo político;

Apoiar plenamente as reformas política, judiciária e tributária, o plebiscito popular pela reforma política, assim como o projeto de lei de iniciativa popular da coalizão democrática pela reforma política e as eleições limpas.

Realizar nos períodos eleitorais, lançamentos de plataformas po-

líticas voltada para a Igualdade Racial, realizar debates, campanhas entre outros voltados para conscientização e participação do povo negro no processo político.

Aprofundar o diálogo com outros movimentos sociais e populares.

Apoiar o Plebiscito Popular, que vai acontecer de 1 a 7 de setembro.

Reorientar a ação política do MNU para dentro das relações institucionais.

Exército espionou movimento negro unificado

O Exército brasileiro espionou ações e integrantes do movimento negro na Bahia e no Rio, em 1979, já no governo Geisel, que promoveu a redemocratização no país. Documento produzido em 25 de outubro de 1979, pelo Serviço Reservado d IV Exército, de Salvador, classifica como subversivas reuniões do movimento negro naquela capital, além de listar os nomes dos líderes e de simpatizantes. O Exército concluiu que o movimento negro passou a ser usado pela oposição, com a infiltração comunista, no Rio e na Bahia, a partir de 1978.

A informação está na coluna de Ancelmo Gois deste domingo. Uma das pessoas espionadas pelo Exército foi Abdias Nascimento (1914-2011), que na ocasião era professor da Universidade de Nova York, como afirmou o documento produzido pela 2ª Seção do Exército. Abdias participou de seminários organizados por entidades de defesa dos negros na Bahia. Os papéis foram encaminhados ao Serviço Nacional de Informações (SNI), que à época centralizava todos as agências de espionagem política do regime militar, além do Centro de Informações do Exército (CIE) e do DOI (Destacamento de Operações de Informações) do IV Exército, que era sediado em Salvador.

O documento do Exército cita os nomes das seguintes pessoas apontadas como sendo líderes do movimento negro, engajado numa frente de contestação do regime militar: o sociólogo José Lino Alves de Almeida (198-2006), Ashton José Reis de Alcântara e Leib Carteado Crescêncio dos Santos, entre outros. Foram citados também o senador Rômulo Almeida (1914-1988) e o ex-deputado Marcelo Cordeiro, que foi secretário-geral da Assembleia Constituinte de 1986.

No documento, os espões da ditadura detectaram o que consideraram um plano de incentivar a criação do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, com o objetivo de esvaziar o 13 de maio, quando foi assinada a libertação dos escravos. Segundo o documento, o movimento negro, por meio de reuniões e seminários, tentava derubar o mito da democracia racial brasileira, e acrescentou ainda que "a análise do "problema do negro" (aspas para o texto do Exército) procura adaptar-se à crítica marxista da sociedade brasileira". Um dos temas abordados na reuniões foi motivo de destaque no documento: a denúncia de que havia maior proporção de negros do que brancos nas penitenciárias brasileiras. O SNI havia acabado de descobrir a pólvora.



Fonte : Coluna Ancelmo Goés Jornal O Globo

Resolução do Encontro da Juventude do Movimento Negro Unificado

(Presença de militantes jovens da Bahia, Sergipe, Tocantins, Rio de Janeiro Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco)



Desde a denúncia da violência policial sofrida por Robson Silveira da Luz, e denunciada na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo pelo Movimento Negro Contra a discriminação racial, nós, juventude do MNU, nos organizamos.

A história do MNU é marcada pela história da organização da juventude negra, que naquela época não teve tempo de viver sua juventude, pois davam conta da grande tarefa de denunciar e combater o racismo em todas as esferas sociais e com todos os segmentos. Assim nasceu um projeto de poder para o povo negro, de um movimento independente, que combate a violência policial e é contra a "indústria da criminalidade"; disputa um mercado de trabalho antirracista; a descolonização do conhecimento através da educação; é contra a exploração sexual; a violência das comunicações, trabalhando pela solidariedade internacional. O nosso projeto é atual como as (os) ativistas que atuam neste momento histórico nas bases, por isso a renovação para nós é um princípio, o mesmo que orienta as novas práticas políticas, conectadas com as demandas históricas, e que tem no segmento jovem parcela significativa do protagonismo.

A juventude filiada ao MNU realizou na manhã do dia 15 de agosto de 2014, no Hotel Vilamar, em Salvador (BA), o Encontro de Juven-

tude. Anteceder o 17º Congresso Nacional da entidade foi uma responsabilidade assumida por aqueles e aquelas e vê neste segmento uma demanda de organicidade e reconhecimento. Apesar deste segmento no MNU sempre ter sido ativo, protagonizando as lutas da juventude negra brasileira, entendemos a necessidade de um alinhamento mais orgânico das atuações para dentro do MNU, no intuito de incidir de forma mais programática no nosso plano de luta.

Existe uma série de pautas que acreditamos ter mais incidência na juventude, enquanto um segmento político recortado na sociedade brasileira por relações materiais e simbólicas, e nossa compreensão é que jovens negros e negras, além do racismo, são atravessados por uma série de outras discriminações, dentre elas a geracional.

A juventude é um momento de escolhas, vivências e formação e por isso, é uma fase decisiva para nossa disputa de visão de mundo e de movimento, a partir do ponto de vista do povo negro. A identidade racial é uma questão complexa para o conjunto do povo negro, e essa parcela da população brasileira, que vive um crescimento exponencial nesta década - com mais de 50 milhões de pessoas - é estratégico para contribuir na atualização do Movimento Negro Unificado e sua luta.

Ser jovem é estar nas posições de trabalho mais precarizadas, sujeita à alto índice de instabilidade econômica, a juventude tem grandes dificuldade de acesso aos espaços de decisão do Estado, e um acesso ainda muito tutelado aos espaços de Educação. Apesar das cotas nas universidades, a juventude negra ainda tem grande dificuldade de permanecer e concluir o ensino superior, bem como acessar os cursos de pós-graduação. As jovens mulheres negras são as principais vítimas do aborto clandestino, da violência doméstica e urbana, morrendo muitas vezes nos hospitais públicos a partir de um tratamento médico racista e machista. Além disso, a parcela de jovens LGBT são as principais vítimas de violência homofóbica, (motivada por uma sociedade heteronormativa) sendo maioria esmagadora dos casos de morte por essa opressão que legalmente ainda não é crime.

Outra questão fundamental que debatemos é a atual política de drogas do Estado brasileiro. Acreditamos que dentro do projeto escravocrata de genocídio do povo negro, que é amplo

e começa a partir da negação aos bens e serviços básicos, como saúde, moradia, saneamento, mobilidade, existe um fenômeno específico que é o endêmico índice de mortalidade da juventude negra, através do uso da violência Policial, ainda mais sofisticada que em 1978. Este fenômeno é aqui tratado não como algo dissociado do genocídio do Povo Negro, mas como algo que dentro deste projeto maior, possui especificidades e um modus operandi que demandam uma estratégia específica e urgente.

O famoso extermínio da juventude negra vem sendo legitimado pela política de "guerra às drogas" do Estado brasileiro. Este modelo, a nosso ver, fracassado, começa com a cooptação da juventude pelos grandes esquemas de tráfico (cuja direção quase nunca depende diretamente do traficante de bairro, mas de uma rede muito maior e muito mais poderosa, constituindo um poder paralelo ao Estado ainda não democrático de direito) e termina com os chamados "autos de resistência", onde matar jovens nas periferias do país vem carregado com o argumento de auto-defesa.



Juventude do MNU, Garantindo o Futuro da nossa Organização



Entendemos que este argumento é genocida e falacioso, a partir das diferentes abordagens entre usuários pobres e usuários ricos. A “guerra às drogas”, tal como está colocada em nosso país, comunga com o que identificamos como “criminalização da pobreza”, e a ilegalidade de determinadas substâncias psicoativas têm servido de substrato principal para a marginalização da juventude pobre moradora de periferias das grandes e pequenas cidades.

Compreendemos que o Movimento Negro Unificado precisa ter uma opinião consistente sobre este cenário, no sentido de formular e apontar caminhos que orientem o conjunto do movimento negro brasileiro, e acreditamos que a juventude tem muito o que contribuir com esta opinião.

Diante destas demandas, acreditamos na retomada de um grupo de trabalho Nacional que dê conta de coordenar a rearticulação dos jovens nos estados, para a organização de uma agenda nacional combinada de formulação política e intervenção nas frentes de luta.

Ainda sobre nossa organização também acreditamos ser necessário a criação de uma coordenação de juventude no próximo congresso estatutário, a exemplo dos avanços adquiridos a partir de 2003, com a compreensão do (a) jovens como sujeito de direitos, processos, reivindicações e organização específica, com vistas ao fortalecimento do nosso projeto principal que é o combate ao racismo.

A Juventude do MNU não é fração. A Juventude do MNU não é modismo. A Juventude do MNU não é separatismo. A Juventude do MNU é um segmento forte, histórico, politizado, solidário, com uma enorme capacidade de aprender e ensinar o significado ancestral de construir um Movimento Negro Unificado em um país como o Brasil, de trazer para a luta os (as) que ainda não despertaram e que mesmo assim deparam-se com a incerteza do amanhã.

Considerando todos (as) que lutaram e ainda lutam para que nós chegássemos até aqui, e a capacidade que a Mãe África nos deu de resistir e nos reinventar em lutas, assumimos a árdua tarefa de construir o presente, com vistas à reparação racial plena, onde os jovens de que tanto falamos em nossos documentos e espaços políticos, estejam lado-a-lado conosco, construindo um projeto político do povo negro para o Brasil!



Tiramos os seguintes encaminhamentos que deverão ser articulados pelo GT:

- *Construir um seminário de formação em juventude;
- *Diálogo amplo com o restante da juventude do MNU, aperfeiçoar a comunicação para resgatar esses e essas militantes;
- *Diálogo com os demais movimentos sociais;
- *Construção de Agendas Nacionais e locais: *Marcha contra o Genocídio do Povo Negro, Marcha das Mulheres Negras, ENUNE;*
- *Pensar uma política de comunicação e intervenções urbanas para MNU;
- *Repensar e formular sobre política de drogas no Brasil;
- *Organizar atividades culturais nos Estados;
- *Articular e fortalecer as diversidades e as matrizes das juventudes do MNU
- *Retomar o trabalho de base nas periferias e penitenciárias;

II MARCHA (INTER)NACIONAL CONTRA O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO

Há 36 anos lutamos contra o racismo no Brasil, com solidariedade internacional e horizonte na organização de negras e negros para a construção de um projeto político que supere as subcondições nos impostas.

leia mais sobre a matéria em www.mnurio.blogspot.com.br

PL 4471/12 ACABA COM O AUTO DE RESISTÊNCIA (RESISTÊNCIA SEGUIDA DE MORTE).

Muitos são os dados que comprovam a vigência de práticas genocidas contra a juventude negra.

Essa trágica realidade tem se reproduzido tanto nas cidades quanto no campo. Acontece que tamanha demonstração de violência tem sido em grande parte perpetrada por agentes de segurança pública (a polícia), e não somente por quem a sociedade considera “criminoso”. Sob a alegação de “resistência à prisão”, muitas pessoas foram mortas em contexto de duvidosa atuação policial. O Auto de Resistência é um dos principais instrumentos que permitem

que o Estado mate pessoas com culpa em algum delito e inocentes.

O Auto de Resistência é uma medida administrativa criada durante a Ditadura Militar brasileira para legitimar a repressão policial comum à época.

A medida, que oficialmente não existe na Lei, ampara-se em alguns dispositivos legais como o artigo 292 do Código do Processo Penal (1941), que diz: “Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem pode-

rão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas”.

Para combater essa prática, está tramitando na Câmara o Projeto de Lei n. 4471/12, que extingue o Auto de Resistência, obrigando que todas as mortes efetuadas pelas forças policiais no país sejam investigadas e que o agente autor do disparo chame assistência médica para a vítima.

A Direção Nacional do MNU apóia e lutará pela aprovação do PL 4471/12.

Girando a Roda da História/ Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil.

A abordagem pós-moderna da ética da diversidade permeou a discussão e o espírito da XXII Conferência Nacional dos Advogados, organizada pela Gloriosa Ordem dos Advogados do Brasil. A tutela constitucional dos grupos sociais vulneráveis consagrou-se ali como um tema de primeira grandeza.

Um desafio para um projeto desejável de sociedade brasileira. A República Federativa do Brasil esteve representada por suas mais altas autoridades no Rio Centro. O Presidente do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, o Vice-Presidente da República Michel Temer, representando a Presidenta da República Dilma Rousseff, o Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso entre outras altas autoridades estiveram na mesa de abertura. A Conferência Inaugural foi proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Roberto Barroso. A problemática de diversidade racial no Brasil começou a ser abordada já na Conferência inaugural.

Um painel Especial organizado pela Comissão Nacional de Igualdade da gloriosa OAB começou a mudar no presente, o curso da História do Brasil. Tratou-se do Painel A REPARAÇÃO DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL com as ilustres

presenças na mesa de debate do Presidente da Comissão Nacional de Igualdade da OAB Cícero Bordalo Júnior, do Vice-Presidente desta Comissão Humberto Adami Santos Júnior, do Presidente da Comissão de Igualdade da OAB-RJ Marcelo Dias, da Desembargadora do TJ/RJ Ivone Caetano, do Desembargador do TJ/RJ Paulo Rangel e a minha própria presença Wilson Prudente na qualidade de Procurador do Ministério Público do Trabalho. O público assistente foi de igual nível elevado.

Nessa mesa ficou aprovado a criação de uma Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil.

O Presidente do Conselho Federal da OAB Marcus Vinícius Furtado assumiu em público o compromisso de criação desta comissão. Não tenho dúvidas que essa foi a maior conquista do Movimento Negro em toda história da República, uma vez que o Presidente da OAB Nacional assumiu também o compromisso de encaminhar semelhante propositura à Presidência da República.

A sociedade brasileira não havia se colocado até hoje frente a frente com o espelho do seu passado e por isso vive assombrada ainda pelo fantasma da escravidão. Essa Comissão Nacional

da Verdade é sem dúvida o melhor instrumento para se exorcizar o fantasma da escravidão. Nessa Conferência Nacional dos advogados começamos a virar uma página da história do Brasil. Eu, Wilson Prudente, Procurador do Ministério Público do Trabalho recebi em público, nessa mesa de debate por parte do Presidente da Comissão de Igualdade da OAB Cícero Bordalo a incumbência de redigir a propositura dessa Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão. O meu sentimento é o de estar com as minhas próprias mãos, juntamente com todas as demais ilustres pessoas que compuseram aquela mesa, girando a roda da História. Foi a incumbência mais importante e mais honrosa, que já recebi em toda minha vida. Estarei, antes do prazo limite entregando essa propositura ao Vice-Presidente dessa Comissão, o meu irmão de luta e amigo Humberto Adami Santos Júnior.

Essa Conferência Nacional dos Advogados foi mesmo uma grande festa da democracia que queremos construir. A alegria estampada no rosto do anfitrião desta festa, o Presidente de OABRJ Felipe Santa Cruz expressa a felicidade de todos os que lá estiveram presentes.

Wilson Prudente
Procurador do Ministério Público do Trabalho



Dr. Humberto Adami - vice presidente da Comissão de Igualdade do CFOAB ; Dr. Marcos Vinícius - presidente do Conselho Federal da OAB / CFOAB ; Dr. Cícero Bordalo - presidente da Comissão de Igualdade do CFOAB ; Dr. Wilson Prudente - membro do Ministério Público Federal do Trabalho ; Marcelo Dias - presidente da Comissão de Igualdade Racial da OABRJ e Dr. Luiz Viana - presidente da OABBA.



CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO CASO "ARANHA", GOLEIRO SANTISTA CHAMADO DE "MACACO" NO JOGO DA COPA DO BRASIL, EM 28/08/14, ENTRE GRÊMIO E SANTOS NO ESTÁDIO DA ARENA, EM PORTO ALEGRE.

Durante a década de 2000, o Movimento Negro Unificado do RS já vinha denunciando as manifestações racistas nos estádios de futebol e na sociedade gaúcha. Notávamos a ascensão do neonazismo e o fortalecimento da xenofobia e a intolerância na sociedade conservadora do sul do país.

A repercussão internacional das agressões racistas flagradas por câmeras instaladas no estádio gremista, identificaram a torcedora, Patrícia Moreira, entre outros torcedores, xingando raivosamente o goleiro do Santos.

O resultado até agora foi a exclusão do Grêmio da Copa do Brasil, e o indiciamento judicial dos acusados a partir dos inquéritos policiais por injúria e difamação. O debate público sobre a jurisprudência do fato minimizou a conceituação do racismo.

Houve uma dissociação da interpretação segregadora e excludente do sujeito em não exercer seus direitos em função da sua raça ou cor.

Ou seja, o jogador Aranha não teria sido banido ou impedido de exercer a sua atividade por ser negro, mas, injuriado em sua honra e dignidade com um agravante racial.

Isto, não seria um crime inafiançável e imprescritível. Para simplificar, esse é o motivo que até agora ninguém foi preso por racismo no Brasil.

Foram centenas de artigos, reportagens e debates nos meios de comunicação e publicações nas redes sociais. Contudo, podemos concluir que grande parte da população brasileira reagiu contra o racismo; foi um grande avanço.

No entanto, o acúmulo do movimento negro em denunciar que a expressão do racismo institucional é resultante do escravismo que espoliou o povo negro e se manifesta, hoje, em qualquer lugar da sociedade, não foi considerado ou relacionado ao caso.

Mesmo que no caso "Aranha" houvesse preconceito, discriminação e racismo; as tentativas de descaracterização foram constantes.

Conforme diz o Estatuto da Fifa em seu artigo terceiro: "é proibida a discriminação de qualquer país, indivíduo, ou grupo de pessoas por sua origem étnica, sexo, língua, religião, política, ou qualquer outra razão,

sendo punido tal ato com suspensão e exclusão".

As Federações; Espanhola, Portuguesa, Alemã e Italiana formaram comissões de

combate ao racismo no futebol.

Em vários países essas manifestações de intolerância e xenofobia em espaços públicos de esporte, cultura e lazer, e no cotidiano das relações de trabalho e educacionais, refletem tendências de concepções políticas segregacionistas e de superioridade racial.

Seus idealizadores intelectuais e suas representações organizadas continuam a introduzir expressões preconceituosas em atividades de massas e grandes aglomerados populares.

Cabe às autoridades garantir a implementação do Estatuto do Torcedor, da Criança, do Adolescente, do Idoso, e da Igualdade Racial pelas Federações e Clubes de Futebol.

Emir Silva.
Coordenador Nacional de Formação Política.
Movimento Negro Unificado – MNU.

MANIFESTO DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015





Espaço Cultural MNU

Jongo do Afrolaje

O grupo nasce com o anseio de agregar e difundir conhecimentos da dança, dos fundamentos e valorização da cultura negra.

Realizamos oficinas em diversos locais, compartilhamos e resgatamos conhecimentos com mais velhas/os e dando sempre o espaço ao mais novas/os.

Um grupo entre 15 participantes, todos com a consciência de levar o jongo a frente como instrumento de resistência ancestral.

Atualmente temos um local fixo de apresentação, todo ultimo domingo do mês as 16h, realizamos nossas rodas de jongo na direção da Professora Flavia Souza e em conjunto com capoeira Angola na direção Mestre Eudes e Professor Ivan.



Local: Praça Agripino Greco, perto da estação de trem do Méier, as 16h - Sempre aos últimos domingo de cada mês.

Enquanto ativista/militante do MNU, identificar esse espaço como parte política e responsabilidade de dar continuidade sem perder a identidade africana/preta/negra é o que me move.

Nossa pagina no face é <https://www.facebook.com/groups/grupo-afrolaje/>

Nossos contatos - Profª Flávia Souza: 9 8593-9942 e Prof. Ivan Karu: 9 7265-451

Afroabraços
Dayse Gomes
Tel:(21)9 9117-6035

11º Feijão de Ogun

O Movimento Negro Unificado (MNU) seção Juiz de Fora a onze anos organiza o feijão de Ogun, que acontece na última semana do mês de julho. Este evento tem por finalidade debater temas ligados ao cotidiano do povo negro, assim como fortalecer nossa luta apontando soluções para superação do racismo.

O Feijão de Ogun reafirma nossa identidade e busca na raiz da cosmovisão africana fundamentos para melhor atuação no nosso dia a dia.

No 12º evento acontecerá o primeiro encontro de religiosos (as), estaremos recebendo os praticantes da religião de matriz africana de todo o Brasil.

Juiz de Fora está de braços abertos, Axé!



1º Encontro Nacional de Religião de Matriz Africana do MNU

O movimento Negro Unificado (MNU), sempre reconheceu que temos uma ligação histórica com as religiões de matriz africana referente a ancestralidade identificatória cultural e teológica dos povos negros extraídos de sua grande terra mãe ancestral África. Desde sua fundação o Movimento Negro Unificado em sua carta de principio defende o direito a liberdade religiosa. Na constituição de 1988 o MNU trava um combate incessante e conseguimos incluir na carta magna o "direito à liberdade religiosa". Portanto, somente a partir daí é que "se pôde cultuar livremente as divindades africanas e seus ancestrais". Hoje, a nossa organização se mobiliza para a defesa das religiões de matrizes africanas e afroindígenas diante dos ataques e agressões dos racistas religiosos, que perseguem os devotos, adeptos e religiosos de uma tradição que existe a mais de 10.000 anos.

Por isto o MNU organizará na última semana de julho de 2015 o "1º Encontro Nacional de Religiosos de Matriz Africana do MNU". Este encontro acontecerá na cidade de Juiz de Fora em Minas Gerais, onde já acontece há 11 anos o evento "Feijão do Ogun".

É importante para o coletivo de religiosos de Matriz Africana do MNU a contribuição política religiosa de todos os Estados para aprovarmos diretrizes de lutas contra o racismo religioso.

Modupé! (Obrigado!)

Paulo Azarias – MNU – Juiz de Fora - MG
Babalarisà Henrique Costa – MNU – Betim – MG
Minas Gerais, Outubro de 2014.

Paulo Azarias GT Nacional Territorialidade e Religião de Matriz Africana

FERIADO NACIONAL EM 20 DE NOVEMBRO, JÁ!

"ATO SHOW CONTRA O RACISMO, O MACHISMO, A XENOFOBIA, A INTOLERÂNCIA CONTRA NEGROS, NORDESTINOS, POBRES, E A POPULAÇÃO LGBT".

TERÇA 11/11 PÁTIO DE SÃO PEDRO, 19H.



Convidamos a todos os ativistas do campo democrático e popular, organizações do movimento negro e dos movimentos sociais, parlamentares, representações institucionais e população em geral.

A Terça Negra foi fundada em 2000, pelo MNU - Movimento Negro Unificado, organização de vanguarda na luta contra o racismo, fundada em 1978, durante a ditadura militar.

Hoje, vários grupos artísticos e entidades culturais participam de atividades semanais alusivas às tradições afro brasileiras.

O espaço se transformou em referência na celebração da democracia política e diversidade cultural.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO.

PERNAMBUCO - BRASIL - NOVEMBRO - 2014.

